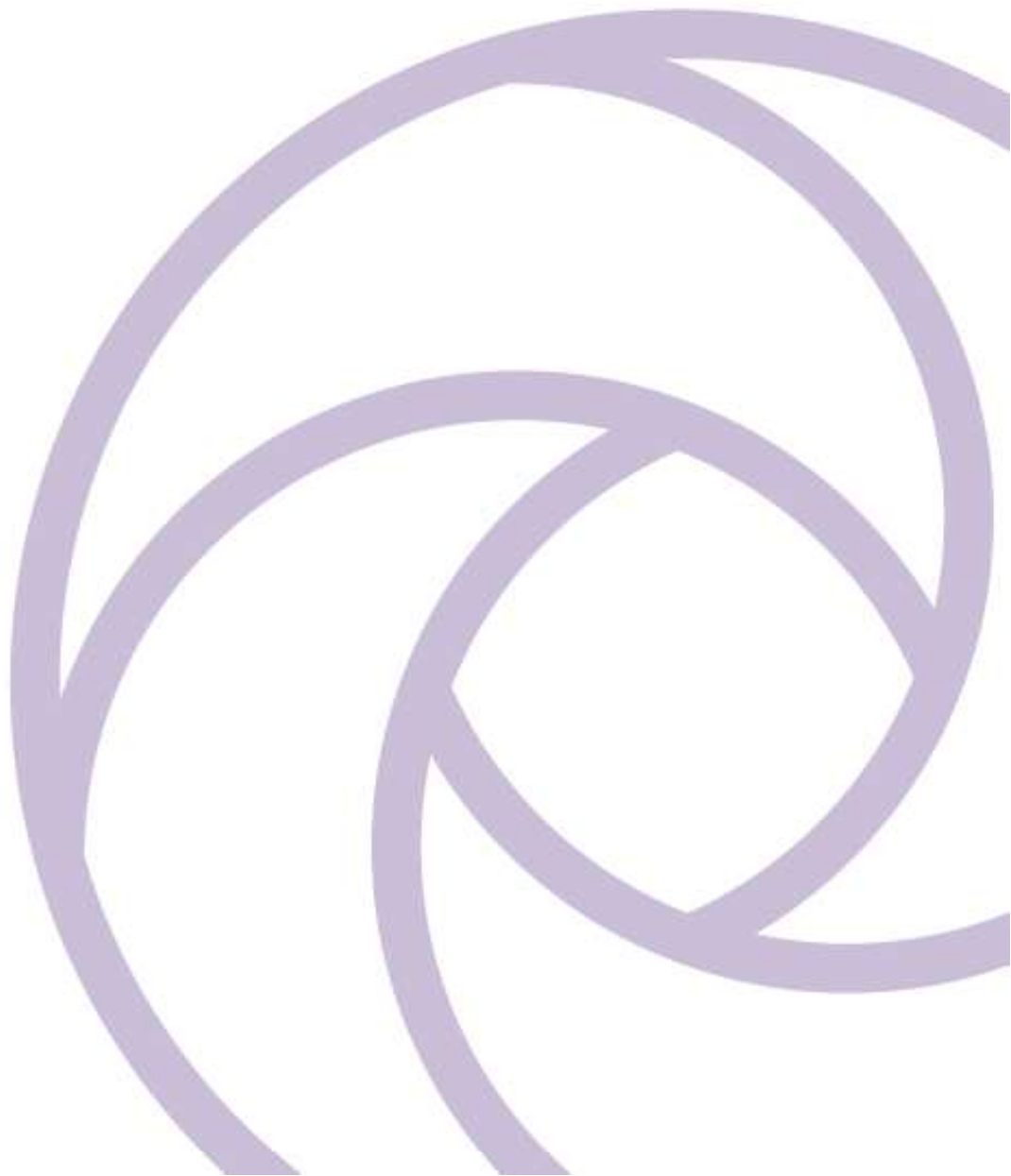


Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264GU-013-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	15
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	19
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	25

Relatório de Administração

2025



1. Mensagem da Administração



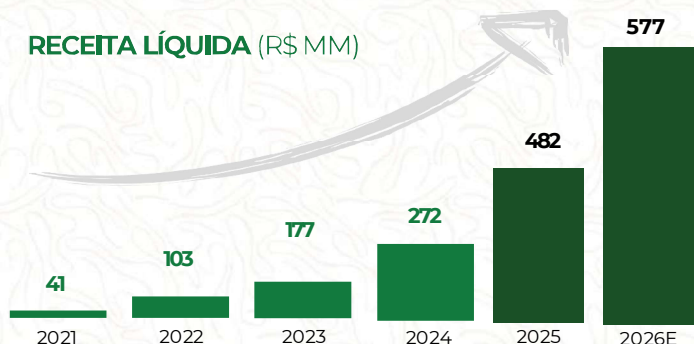
A Administração da **Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.** (“Gencau” ou “Companhia”) apresenta aos seus acionistas o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2025**, acompanhado das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Panorama das Operações e do Grupo

VISÃO GERAL

- Gencau é a **maior empresa** de cacau de **capital 100% nacional**;
- Produção no estado da arte nas unidades em Tambaú (**Interior - SP**), Medicilândia (**Amazônia - PA**) e Ibirapitanga (**Mata Atlântica - BA**), já com 100% dos produtos em concordância com exigências EUDR;
- Receita líquida em constante crescimento e com viés real de continuidade de crescimento, 2026 já com **85% dos pedidos em carteira** o que significa 80% da capacidade.
- SAP desde o dia 0 / auditados anualmente pela Grant Thornton
- O exercício de 2025 foi marcado por forte expansão operacional, aumento de capacidade produtiva, consolidação das unidades recém-integradas e avanço relevante em tecnologia, governança e profissionalização de processos

RECEITA LÍQUIDA (R\$ MM)



Source: Company

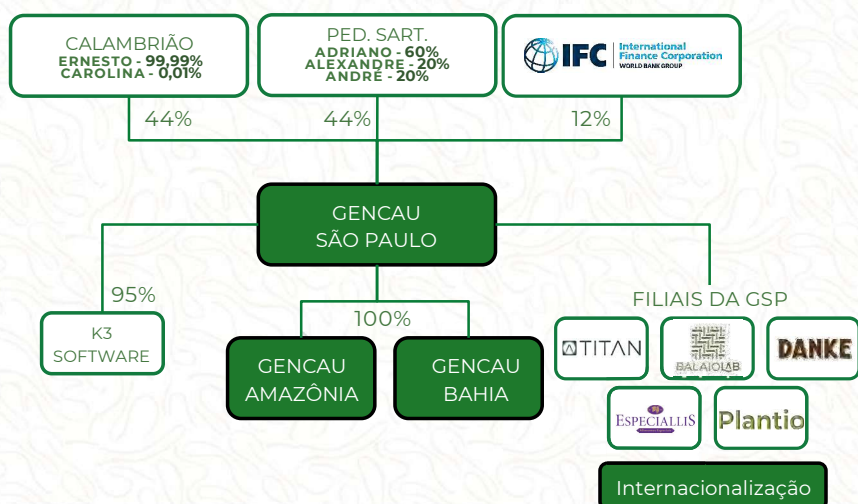
Corporativo | Interno



FÁBRICAS GENCAU



2. Organograma Grupo



Negócios Gencau

- **Processamento de Cacau** – Principal negócio da empresa, transformação de amêndoa de cacau em Liquor, manteiga e pó de cacau;
- **Verticalização e Integração** – Plantio próprio e parcerias para garantir fornecimento com qualidade e sustentabilidade, integrando a Floresta Amazônica com o mercado de Chocolate;
- **Agregação de valor** – Longo e brilhante histórico dos acionistas na formulação de chocolates para agregar mais valor ao cacau;
- **Tecnologia e Inovação** – Longo histórico de inovação, patentes e domínio da tecnologia de máquinas e equipamentos para a indústria do cacau e chocolate

2. Expansões Grupo



Parceria para financiar Crescimento e Desenvolvimento – Gencau como estudo de caso de empresa Brasileira gerando e distribuindo riqueza na Amazonia e Mata Atlântica



- Posicionamento estratégico diferenciado para aproveitar movimento do cacau saindo da África e voltando para a América do Sul. (diferente da concorrência com estrutura atual pesada)
- Gencau garantindo parte do cacau a ser processado com plantio próprio e em parcerias com parceiros do agro e clientes integrando 100% a cadeia.



- 10x o módulo de Nibs - 18 para 180 mil tons
- 6x o módulo de PA no Brasil – de 15 para 90 mil tons
- Exportar 30% do volume processado com cacau nacional
- 4x módulo PA no exterior – de 0 para 60 mil
- Plantio de 1mil hectares no Brasil
- Plantio colaborativo com parceiros 10mil hec.



- Posição estratégica para aproveitar GAP de mercado deixado pela concorrência junto aos clientes atuais e em mercados específicos, como por exemplo chocolate para FS
- Atenção para agregação de valor na cadeia do cacau com os Upstremms, principalmente Balaio Lab;
- Aproveitamento da vasta experiência dos acionistas para desenvolvimento de produtos e receitas



- Produtos inovadores derivados do cacau e correlatos

DANKE

- Produção de chocolate de alta qualidade para mercado gourmet varejo e food service

ESPECIALIS

- Produção de chocolate “especiais” com sustentabilidade



- Detenção da tecnologia garante autonomia produtiva, agilidade em soluções, elimina a dependência de terceiros para a expansão e desempenho das nossas operações e com custo 70% mais baixo.



- Ecosistema de gestão da venda do cacau
- Mecanismo financeiro para usuários

TITAN

- Inovação, tecnologia e engenharia de Ponta
- Garantia operacional expansiva e de manutenção do grupo
- Desenvolvimento no pós colheita

3. Desempenho Econômico-Financeiro



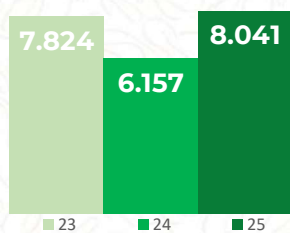
DRE Consolidada em R\$ '000	FY 2023	FY 2024	FY 2025
Receita Bruta	220.124,6	344.244,1	573.126,3
Impostos sobre as vendas	(39.767,7)	(67.002,4)	(90.598,9)
Receita Líquida	180.356,9	277.241,6	482.527,4
Custos Diretos	(112.186,2)	(152.227,5)	(531.802,4)
Custos Indiretos	(12.970,1)	(14.230,0)	(20.064,3)
Custo com Pessoal	(13.683,7)	(15.809,4)	(21.091,3)
Margem Bruta	-41.516,9	94.974,8	109.569,4
SC&A	(7.207,8)	(17.150,3)	(12.880,0)
Despesa Com Pessoal	(3.687,4)	(4.520,2)	(12.150,1)
EBITDA	30.621,8	73.304,3	84.539,4
Depreciação e Amortização	(5.358,5)	(6.783,5)	(6.190,4)
CAPEX	0,0	0,0	0,0
EBIT	25.263,3	66.510,8	78.348,9
Resultado Financeiro	(28.687,6)	(48.115,9)	(71.588,6)
EBT	(3.424,4)	18.394,9	6.760,3
IRPJ/CSLL	22.008,1	(217,3)	(18.097,2)
Lucro líquido	18.583,8	18.177,6	(11.336,9)

- **Crescimento do volume processado** e maior integração vertical, especialmente com o aumento da capacidade da Gencau Amazônia;
- **Ampliação das vendas no mercado interno** e continuidade do desenvolvimento de oportunidades no mercado externo;
- **Incremento significativo de receita**, compatível com o plano de expansão;
- **Melhora operacional** das controladas, com contribuição relevante para o resultado consolidado;
- **Gestão ativa de riscos**, com destaque para o início da adoção de instrumentos de proteção de preços (derivativos).

Apesar dos avanços operacionais, o exercício foi caracterizado por um **ambiente de preços de cacau extremamente volátil**, refletindo-se em maiores desafios financeiros, necessidade de capital de giro e aumento de exposição a risco de mercado.

As demonstrações contábeis apresentam os detalhes completos do desempenho patrimonial, financeiro e do resultado do exercício.

Volume Entregue



4. Time de Gestão e Conselho Administrativo buscando perpetuidade



Adriano Sartori Pedrosa
Idealizador e CEO

- 22 anos de experiência
- Fundador da Jaf Inox
- Inventor com patentes registradas



Ernesto Neugebauer
Chairman e Fundador

- 31 anos como CEO da Harald
- Fundador do grupo Cacau Noir e Danke Chocolates



Patrícia Bueno
Conselheira

- 30 anos de experiência no agronegócio
- 22 anos como executiva e Conselheira em diversas multinacionais de capital aberto e fechado

Risk assessment

- Trabalho robusto de gestão de riscos corporativos, auxiliado por consultoria externa.

Formação de Fóruns decisórios

- Descentralização do processo decisório de toda a companhia, com criação de comitês, alçadas claras e integração

Retenção de talentos

- Foco no crescimento profissional, qualidade de vida e remuneração para colaboradores.

Sucessão

- Definição de perfis e oportunidades para que Conselho e corpo de executivos esteja sempre buscando a perpetuidade para a companhia.



Diego Mathias
Diretor de Vendas



Lucas Cirilo
Diretor Marketing e Sustentabilidade



Gabriel Sarmento
Diretor Financeiro



Guido Veenstra
Gerente de Risco



Arali Pedrosa
Diretora de Inovação



Fúlvio Albuquerque
Diretor Operações



Claudio Gomide
Diretor SSMA



Harley Peres
COO



Renato Queiroz
Diretor Engenharia E Projetos



Eliana Ianez
Diretora Comercial

	Diego Mathias	Lucas Cirilo	Gabriel Sarmento	Guido Veenstra	Arali Pedrosa	Fúlvio Albuquerque	Claudio Gomide	Harley Peres	Renato Queiroz	Eliana Ianez
Anos de Experiência	17	16	16	38	22	30	35	25	22	32
Na Gencau desde	2020	2020	2024	2024	2017	2021	2018	2025	2017	2025
Formação	Administração de Empresas	Engenharia Agrônoma	Administração de Empresas	Commercial Economics	Engenharia de Alimentos	Engenharia de Alimentos	Engenharia de Alimentos	Engenharia	Engenharia	Contadora

5. Gestão de Riscos, Derivativos e Governança



A Administração conduz uma **gestão estruturada de riscos**, com processos específicos para monitorar:

- Risco de mercado (especialmente preço do cacau);
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco regulatório.

5.1 Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge

Em 2025, a Companhia realizou operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de **mitigar a volatilidade do preço do cacau**, principal insumo de suas operações.

A Administração iniciou o processo formal de adoção da **contabilidade de hedge**, estruturando política, governança e processos internos compatíveis com o CPC 48. Durante o exercício de 2025:

- foram implementadas práticas de análise de risco e documentação das estratégias de proteção;
- iniciou-se o processo de aperfeiçoamento dos controles internos aplicáveis;
- foram contratados assessores e consultores técnicos para amadurecimento do modelo.

A Administração reconhece que a documentação formal exigida para fins de **comprovação plena da relação de hedge**, conforme requerido pelas normas contábeis, está em fase final de estruturação e **continua sendo aprimorada em 2026**.

A Companhia reafirma seu compromisso de **evoluir seus processos, controles e documentação**, assegurando aderência integral aos requisitos normativos.

5.2 Covenants Financeiros

Determinados contratos de financiamento possuem cláusulas financeiras (covenants) relacionadas à dívida líquida e ao desempenho operacional.

Durante 2025, a Administração:

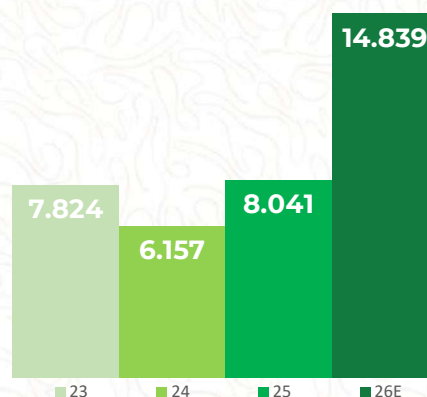
- Revisitou a metodologia de cálculo dos indicadores;
- Reforçou o monitoramento interno periódico e a governança sobre atendimento contratual;
- Estruturou fluxos de reporte e análises internas mais robustas.

6. Perspectivas para 2026



DRE Consolidada em R\$ '000	PY 2023	PY 2026
Receita Bruta	573.126,3	702.529,7
Impostos sobre as vendas	(90.598,9)	(125.470,4)
Receita Líquida	482.527,4	577.059,4
Custos Diretos	(331.802,4)	(348.669,6)
Custos Indiretos	(20.064,3)	(30.360,4)
Custo com Pessoal	(21.091,3)	(40.035,6)
Margem Bruta	109.569,4	157.993,8
SG&A	(12.890,0)	(27.730,6)
Despesa Com Pessoal	(12.150,1)	(19.439,7)
EBITDA	84.539,4	110.023,5
Depreciação e Amortização	(6.190,4)	(5.171,2)
CAPEX	0,0	0,0
EBIT	78.348,9	105.652,3
Resultado Financeiro	(71.588,6)	(70.204,0)
EBT	6.760,3	35.448,3
IRPJ/CSLL	(8.097,2)	(25.184,0)
Lucro líquido	(11.336,9)	10.264,3

Volume Entregue



Administração mantém visão positiva em relação ao desenvolvimento contínuo da Companhia, com foco em:

- Consolidação das novas estruturas industriais;
- Aumento da participação no mercado nacional e internacional;
- Fortalecimento da capacidade de originação e da relação com produtores;
- Evolução do programa de gestão de risco e governança;
- Aprimoramento da estrutura financeira e capital de giro;
- Continuidade dos investimentos em tecnologia, sustentabilidade e inovação.

7. Proposta da Administração



A destinação do resultado do exercício será submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Estatuto Social e na legislação societária (Lei nº 6.404/76).

Considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2025, não há distribuição de dividendos referente ao período. O montante do prejuízo será absorvido conforme as determinações estatutárias e legais aplicáveis, permanecendo registrado para compensação com lucros futuros, quando houver, nos termos da legislação societária brasileira.

8. Agradecimentos



A Administração agradece:

- Aos colaboradores, pelo comprometimento e dedicação;
- Aos clientes e parceiros comerciais, pela confiança;
- Aos fornecedores, produtores e instituições financeiras, pelo relacionamento de longo prazo;
- Aos acionistas, pelo apoio contínuo ao crescimento do Grupo.



www.gencau.com

[@gencau.br](https://www.instagram.com/gencau.br)

[@gencau](https://www.linkedin.com/company/gencau)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 - 6º andar, Sala 602 - Vila do Golf - Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Tambaú - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no primeiro parágrafo e pelos possíveis efeitos do assunto descrito no segundo parágrafo da seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Necessidade de reclassificação de dívida em virtude de não atendimento de determinadas cláusulas restritivas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía contratos de financiamentos que incluem cláusulas restritivas (“covenants financeiros”), cujo descumprimento pode resultar no vencimento antecipado das dívidas, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em virtude do descumprimento das referidas cláusulas, por parte da Companhia em 31 de dezembro de 2025, a totalidade ou parcela do saldo de empréstimos e financiamentos deveria ter sido classificada como passivo circulante. Dessa forma, em decorrência do tratamento contábil adotado pela Companhia, o passivo circulante encontra-se registrado a menor e o respectivo passivo não circulante registrado a maior, no montante de R\$ 219.253 mil naquela data.

Ausência de documentação suporte quanto à adoção de política contábil quanto à contabilidade de hedge (hedge accounting) relacionada à derivativos de cacau

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 6(e) e 28, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar a exposição às variações do preço do cacau e, em 2025, iniciou a aplicação da política contábil de contabilidade de hedge (hedge accounting) prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante no montante de R\$ 252 mil e no passivo circulante no montante de R\$ 45.771 mil, bem como efeitos relacionados a derivativos em resultados abrangentes (no patrimônio líquido), no montante de R\$ 45.583 mil.

Entretanto, até a data de conclusão de nossos trabalhos, não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria apropriadas e suficientes que suportassem a adoção, pela administração da Companhia, dos requisitos de contabilidade de hedge, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os eventuais ajustes e itens de divulgação (se algum) nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude da citada limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto quanto aos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	98.032	13.004	100.618	22.825
Instrumentos financeiros	29	252	4.039	252	4.039
Contas a receber de clientes	9	60.037	9.254	97.162	8.898
Estoques	10	159.660	64.470	174.646	73.133
Impostos a recuperar	11	84.388	35.069	84.584	39.960
Adiantamentos a fornecedores	-	2.166	909	3.750	3.624
Outros Créditos	14	3.013	959	3.192	1.473
Total do ativo circulante		407.548	127.704	464.204	153.952
Ativo não circulante					
Aplicação financeira	8	12.406	6.286	12.406	6.286
Partes relacionadas	12	130	28.960	-	19.106
Impostos fiscais diferidos	13	37.264	37.264	37.263	37.473
Consórcios	-	1.721	1.040	1.721	1.148
Outros Créditos	14	3.256	3.155	11.508	4.626
Investimento	15	234.204	92.777	-	-
Imobilizado	16	106.903	81.680	125.431	99.310
Intangível	-	3.413	4.285	3.867	4.879
Direito de uso	17	495	-	4.066	4.445
Total do ativo não circulante		399.792	255.447	196.262	177.273
Total do ativo		807.340	383.151	660.466	331.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	68.190	23.597	93.987	77.555
Instrumentos financeiros	29	45.771	4.606	45.771	4.606
Arrendamentos a pagar	17	108	-	914	722
Fornecedores	19	319.931	164.996	95.279	24.241
Adiantamento de clientes	20	4.315	22.477	4.315	22.477
ACC Exportação	21	55.201	3.105	55.201	3.105
Obrigações trabalhistas	-	3.107	2.108	4.368	2.803
Obrigações fiscais	-	1.677	2.431	14.558	5.345
Dividendos a pagar	23	4.317	4.317	4.317	4.317
Total do passivo circulante		502.617	227.637	318.710	145.171
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	209.392	65.378	241.771	89.907
Arrendamentos a pagar	17	436	-	3.460	3.830
Partes relacionadas	12	3	37.835	-	37.667
Obrigações fiscais	-	90	-	90	732
Provisão para riscos	22	-	-	1.617	1.617
Total do passivo não circulante		209.921	103.213	246.938	133.753
Total do passivo		712.538	330.850	565.648	278.924
Patrimônio líquido					
Capital social	23	83.747	40.000	83.747	40.000
Reserva legal		909	909	909	909
Reserva de incentivo fiscal		63.936	63.936	63.936	63.936
Reserva de capital		45.704	-	45.704	-
Reflexo Lucro de Exploração		12.060	-	12.060	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(47.672)	-	(47.672)	-
Prejuízos acumulados		(63.882)	(52.544)	(63.882)	(52.544)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		94.802	52.301	94.802	52.301
Participação de não controladores		-	-	16	-
Total do patrimônio líquido		94.802	52.301	94.818	52.301
Total do passivo e patrimônio líquido		807.340	383.151	660.466	331.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	24	411.530	275.236	411.530	276.002
Custo dos produtos vendidos	25	(479.725)	(232.026)	(308.395)	(187.496)
Lucro bruto		(68.195)	43.210	103.135	88.506
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	26	(2.632)	(4.573)	(3.148)	(4.766)
Despesas gerais e administrativas	26	(13.705)	(7.652)	(22.810)	(17.998)
Resultado de equivalência patrimonial	15	143.265	18.141	-	-
Outros resultados operacionais	-	2.037	1.258	2.020	1.249
		128.965	7.174	(23.938)	(21.515)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		60.770	50.384	79.197	66.991
Receitas financeiras	27	11.356	2.380	12.425	4.624
Despesas financeiras	27	(71.404)	(34.306)	(84.863)	(53.220)
Resultado financeiro líquido	27	(60.048)	(31.926)	(72.438)	(48.596)
Resultado antes dos impostos		722	18.458	6.759	18.395
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	(189)	(5.828)	(272)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	(91)	(209)	55
Lucro líquido do exercício		722	18.178	722	18.178
Resultado atribuível aos:					
Quotistas controladores	-	-	-	722	-
Quotistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		722	18.178	722	18.178
Lucro por ação	28	0,01	0,45	0,01	0,45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro, prejuízo líquido do exercício	722	18.178	722	18.178
Hedge accounting relacionada a derivativos de cacau	(45.519)	-	(45.519)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(44.797)	18.178	(44.797)	18.178
Resultado atribuível aos:				
Quotistas controladores	-	-	(44.797)	-
Quotistas não controladores	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(44.797)	18.178	(44.797)	18.178

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de capital	Reflexo lucro de exploração	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	40.000	-	63.936	-	-	-	(62.467)	-	41.479	-	41.479
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	18.178	18.178	-	18.178
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva legal	-	909	-	-	-	-	-	(909)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.317)	(4.317)	-	(4.317)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.039)	(3.039)	-	(3.039)
Transferência do lucro para prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	9.913	(9.913)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.000	909	63.936	-	-	-	(52.554)	-	52.301	-	52.301
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	722	722	-	722
Integralização de capital social	43.747	-	-	-	-	-	-	-	43.747	-	43.747
Integralização de reserva de capital	-	-	-	46.704	-	-	-	-	46.704	-	46.704
Hedge accounting relacionada à derivativos de cacau	-	-	-	-	-	(46.599)	-	-	(46.599)	-	(46.599)
Reflexo lucro de exploração	-	-	-	-	12.060	-	-	(12.060)	-	-	-
Perda na transação com acionista não controladores	-	-	-	-	-	(2.153)	-	-	(2.153)	16	(2.137)
Transferência do lucro para prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	(11.338)	11.338	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	83.747	909	63.936	46.704	12.060	(47.672)	(63.882)	-	94.802	16	94.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	722	18.458	6.759	18.395
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com				
recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	4.184	4.261	5.382	6.116
Amortização do direito de uso	30	-	904	802
Juros financeiros sobre arrendamentos	59	-	497	505
Estorno de Juros financeiros sobre arrendamentos	-	-	(530)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(567)	567	(567)	567
Valor residual de baixas de ativos imobilizados e intangíveis	310	48	333	120
Provisão para riscos	-	-	-	1.617
Juros sobre empréstimos e financiamentos	41.947	1.390	53.139	1.818
Variação Cambial sobre ACC exportação	1.906	-	1.906	-
Resultado da equivalência patrimonial	(143.265)	(18.141)	-	-
	(94.674)	6.583	67.823	29.940
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(50.783)	12.254	(88.264)	12.288
Estoques	(95.190)	(48.577)	(101.513)	(52.414)
Impostos a recuperar	(49.319)	(19.181)	(44.624)	(17.874)
Adiantamentos a fornecedores	(1.257)	(705)	687	(1.382)
Consórcios	(681)	285	(573)	334
Outros Créditos	(2.155)	(7.104)	(9.000)	(6.624)
Fornecedores	154.935	15.797	68.698	10.333
Adiantamento de clientes	(18.162)	25.295	(21.562)	25.295
Obrigações trabalhistas	999	(458)	1.614	(652)
Obrigações fiscais	(664)	2.055	2.994	2.440
Outras contas a pagar	-	(1.212)	28	(1.434)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(243)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	(35.433)	(13.369)	(46.542)	(29.337)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(192.384)	(28.337)	(170.477)	(29.087)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	(315)	-	-	-
Recebimento de Dividendos sobre os Investimentos	-	2.652	-	-
Adições do intangível	(529)	(406)	(550)	(410)
Adições do imobilizado	(28.316)	(12.967)	(30.274)	(13.222)
Aplicação financeira	(6.120)	-	(6.120)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35.280)	(10.721)	(36.944)	(13.632)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	227.900	51.734	232.900	79.632
Pagamentos de principal dos empréstimos e financiamentos	(45.807)	(44.318)	(71.201)	(90.274)
ACC Exportação	50.190	-	53.295	-
Pagamentos de arrendamentos	(40)	-	(670)	(1.200)
Integralização de capital social	43.747	-	43.747	-
Integralização de reserva de capital	45.704	-	45.704	-
Partes relacionadas	(9.002)	36.797	(18.561)	69.126
Distribuição de dividendos	-	(3.039)	-	(3.039)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	312.692	41.174	285.214	54.245
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	85.028	2.116	77.793	11.526
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.004	10.888	22.825	11.299
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.032	13.004	100.618	22.825
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	85.028	2.116	77.793	11.526

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional e entidades da Companhia

1.1. Contexto operacional

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A. (“Companhia” ou “Gencau”) é uma sociedade anônima com sede em Tambaú (SP), atuante na fabricação, industrialização, comercialização e beneficiamento de produtos derivados de cacau, bem como na produção de ingredientes para indústria alimentícia e outras atividades relacionadas ao seu objeto social.

Por meio de suas filiais, Titan Industria Comercio de Ferramentas e periféricos, é uma filial de metalurgia que disponibiliza soluções tanto de engenharia quanto de construção e montagem das fábricas da Matriz, trazendo economia significativa para seu crescimento. Além de prover soluções tanto de engenharia quanto de metalurgia para empresas de grande porte da indústria automotiva e de pneus e Balaio Ingredientes Inovadores, filial criada para maior agregação de valor a semente de cacau adquirida e beneficiada pela Matriz, fazendo ingredientes demandados pelo mercado de derivados de cacau, como chocolate em kibble e recheios de sorvete.

1.2. Entidades da Companhia

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas Gencau Amazônia Industria e Comercio de Ingredientes Ltda. (“Gencau Amazônia”), a Gencau Bahia Industria e Comercio de Ingredientes Ltda. (“Gencau Bahia”), Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda. (“Xingu”) e K3 Software de Gestão Ltda. [K3], que em conjunto forma o Grupo.

Controladas	2025	2024
	Direta	Direta
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	100%	100%
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	100%	100%
Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda	100%	-
K3 Software de Gestão Ltda	95%	-

- Gencau Amazônia – unidade industrial com 4.646 m² de área construída no município de Medicilândia-PA, tem como função a recepção das amêndoas de cacau dos produtores da região e processamento em NIBS de Cacau;
- Gencau Bahia localizada em Ibirapitanga – BA, dispõe de um laboratório de pesquisa e inovação do cacau em manejo e pós-colheita que constantemente criam produtos para melhoria de processo e do portfólio do cliente;
- Xingu Localizada no município de Medicilândia – PA – dispõe de galpão para armazenamento de cacau e tem como principal objeto social ser atacadista de cacau em amêndoas e prestador de orientação ao produtor de cacau da região.
- K3 – Localizada no município de Tambaú – SP seu principal objeto social é desenvolver soluções de software para produtores e atacadistas de cacau em amêndoas.

Os principais grupos de contas que compõem o balanço patrimonial e o resultado das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 das controladas são demonstrados a seguir:

Controladas diretas

	Gencau Amazônia		Gencau Bahia	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Ativo circulante	270.130	171.829	65.425	18.713
Ativo não circulante	26.924	26.350	4.197	3.276
Total do ativo	297.054	198.179	69.622	21.989
Passivo				
Passivo circulante	71.535	73.867	24.123	9.754
Passivo não circulante	37.161	33.754	20	10.016
Total do patrimônio líquido	188.358	90.558	45.479	2.219
Total do passivo e patrimônio líquido	297.054	198.179	69.622	21.989

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A diretoria executiva da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, em 16 de abril de 2026.

2.1 Declaração de conformidade

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Embora a controladora apresente capital circulante líquido negativo e prejuízos acumulados nas datas-bases das demonstrações contábeis, a Administração avaliou as condições financeiras e operacionais da Companhia e de suas controladas e concluiu que não existe incerteza que possa levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional.

Essa conclusão considera, entre outros fatores, a estrutura atual de capital, a disponibilidade de linhas de financiamento, a expectativa de geração de caixa operacional, os planos de expansão e eficiência implementados, bem como os resultados positivos apresentados pelas controladas, que contribuem de forma significativa para o desempenho consolidado. A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e adota medidas para aprimorar o ciclo financeiro, reforçar o capital de giro e otimizar a estrutura de custos, assegurando capacidade de cumprimento de suas obrigações no curso normal das operações.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o real (R\$), que também é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são apresentados arredondados pelo milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão relacionadas ao valor da provisão para pagamento das férias e encargos sobre as férias de funcionários, bem como das vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4.1. Julgamentos críticos (principais decisões contábeis da Administração)

a) Adoção inicial da contabilidade de hedge (hedge accounting) em 2025

Em 2025, a Companhia adotou pela primeira vez a contabilidade de hedge (hedge accounting) para determinadas relações envolvendo instrumentos financeiros derivativos voltados à proteção do risco de preço do cacau (predominantemente contratos futuros), conforme descrito na Nota Explicativa nº 28. Essa adoção envolve julgamento relevante quanto à elegibilidade das relações de hedge, definição do item objeto (hedged item) e do risco protegido, estabelecimento do hedge ratio e avaliação da existência de econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido.

4.2. Principais estimativas e fontes de incerteza de mensuração

i. Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo na data-base. Essa mensuração envolve premissas e inputs de mercado e/ou técnicas de avaliação apropriadas (incluindo curvas futuras de preços e demais inputs relevantes), além da avaliação da hierarquia do valor justo, conforme CPC 46. Alterações nessas premissas podem impactar o resultado e/ou outros abrangentes, conforme aplicável.

ii. Mensuração e efetividade das relações de hedge (quando aplicável)

A mensuração da parcela efetiva/inefetiva das relações de hedge, bem como a avaliação periódica da efetividade e das fontes de inefetividade (por exemplo, diferenças de vencimento, volume e risco de base), envolvem estimativas e premissas relevantes. Eventuais parcelas de inefetividade são reconhecidas no resultado do período, conforme aplicável.

iii. Avaliação de estoques e estimativas relacionadas à exposição ao cacau

Os estoques são mensurados pelo menor entre custo e valor realizável líquido, e incluem itens com volatilidade associada ao mercado do cacau. Determinadas controladas mensuram componentes específicos a valor justo, conforme aplicável. A Administração avalia periodicamente a necessidade de provisões para perdas, obsolescência e movimentação lenta, considerando condições de mercado, qualidade do estoque e giro.

iv. Provisão para perdas esperadas de crédito (PECLD)/perdas em recebíveis

A Administração avalia a recuperabilidade de contas a receber, incluindo saldos específicos e situações que possam demandar provisão, considerando histórico de recebimento, condições contratuais, garantias e evidências objetivas de risco. Essa estimativa exige julgamento e pode ser sensível a mudanças no comportamento de liquidação de determinados clientes.

v. Provisões e contingências

A Administração constitui provisões quando a perda é considerada provável e mensurável, com base em análise interna e opinião de assessores jurídicos, e divulga contingências possíveis quando aplicável. A mensuração envolve premissas quanto a probabilidade de perda, valor esperado e tempo estimado de desfecho.

vi. Vida útil e recuperabilidade de ativos não financeiros (impairment)

A Administração estima a vida útil econômica de imobilizado e intangível e avalia, ao final de cada exercício, se há indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Quando aplicável, a estimativa do valor recuperável envolve projeções de fluxo de caixa, taxas de desconto e premissas operacionais, que podem ser sensíveis a mudanças no ambiente econômico e nos preços de insumos.

vii. Tributos sobre o lucro – corrente e diferido

A mensuração de tributos correntes e diferidos envolve estimativas relacionadas a diferenças temporárias, bases fiscais, interpretação de legislação tributária aplicável e expectativa de realização. Alterações em premissas de lucratividade, entendimento regulatório ou fiscal pode impactar os saldos reconhecidos.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e estoques de commodities, os quais são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas, sobre as quais exerce controle, conforme definido no CPC 36 (R3). A Companhia possui controle quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre as atividades relevantes da entidade. O controle é presumido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, direitos que lhe conferem:

- (i)** poder sobre a investida;
- (ii)** exposição ou direitos a retornos variáveis; e
- (iii)** capacidade de usar seu poder para influenciar tais retornos.

Procedimentos de consolidação

O processo de consolidação compreende, entre outros, os seguintes procedimentos:

- i.** Eliminação integral de saldos ativos e passivos entre as empresas do grupo, incluindo contas correntes, mútuos, empréstimos intercompany e demais valores recíprocos;
- ii.** Eliminação de receitas, despesas e resultados derivados de operações entre as empresas, como vendas, prestação de serviços, aluguéis, juros ou quaisquer outras transações intragrupo;

iii. Eliminação dos lucros não realizados incluídos nos estoques ou ativos decorrentes de transações entre as empresas até o ponto em que tais resultados não tenham sido realizados por meio de transações com terceiros;

iv. Para operações que geram CPV intercompany, o lucro contido nos estoques é eliminado proporcionalmente ao saldo não realizado na data-base;

v. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma, exceto quando houver evidência de perda por redução ao valor recuperável;

vi. Eliminação da participação no capital, reservas e lucros acumulados das controladas contra o valor contábil dos investimentos registrados na controladora;

vii. Uniformização das políticas contábeis, quando necessário, para garantir consistência entre todas as entidades consolidadas.

Ganhos não realizados provenientes de transações entre a Companhia e investidas reconhecidas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento, na proporção da participação. Prejuízos não realizados seguem o mesmo critério, exceto quando indicarem perda de valor recuperável do ativo.

A participação dos sócios não controladores, quando existente, é apresentada separadamente no patrimônio líquido e no resultado das operações do consolidado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia compreendem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, cédulas de crédito bancário, certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), fornecedores, adiantamentos de clientes e demais contas a pagar.

Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento, exceto para aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

- **Ativos financeiros**

- Mensurados ao custo amortizado: incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos, desde que o modelo de negócios seja o de manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e que esses fluxos representem apenas pagamento de principal e juros;

○ Mensurados ao valor justo: incluem instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados ao valor justo na data-base, com as variações reconhecidas no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme aplicável.

● **Passivos financeiros**

○ Os passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, CCB, CRA, fornecedores e outras obrigações, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, predominantemente contratos futuros de cacau, com o objetivo de mitigar os riscos associados à volatilidade do preço da principal commodity utilizada em suas operações.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial como ativos ou passivos financeiros e mensurados ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas:

- no resultado do exercício, quando os derivativos não se qualificam para contabilidade de hedge; ou
- em outros resultados abrangentes, na parcela considerada efetiva, quando aplicável a contabilidade de hedge.

Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Ativos financeiros -Um ativo financeiro (ou parte dele) é desreconhecido quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;
- a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro;
- quando a Companhia transfere um ativo financeiro e retém substancialmente os riscos e benefícios, o ativo não é desreconhecido;
- quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, o desreconhecimento ocorre apenas quando o controle do ativo é perdido.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A troca entre a Companhia e o credor de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e reconhecimento de um novo passivo.

Compensação (offsetting) de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial somente quando a Companhia:

- possui direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos;
- tem a intenção de liquidar o ativo e o passivo em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;
- na ausência dessas condições, os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma bruta, mesmo quando existam acordos operacionais ou práticas de compensação com contrapartes.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existe evidência objetiva de perda esperada de crédito sobre seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, reconhecendo provisão para perdas quando aplicável, com base em análise de risco de crédito, histórico de inadimplência, recebimentos subsequentes e outras informações prospectivas relevantes.

Valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em:

- preços cotados em mercados ativos, quando disponíveis;
- técnicas de avaliação que utilizam dados observáveis de mercado, incluindo curvas de preços, taxas de juros e demais premissas relevantes;
- conforme divulgado a Nota Explicativa nº 28, a Companhia classifica a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia definida no CPC 46.

a) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (hedge accounting)

A Companhia está exposta principalmente ao risco de variação do preço do cacau, principal insumo de suas operações, e variação cambial associada ao preço desta commodity designada em dólares americanos. Com o objetivo de mitigar a volatilidade desse preço e reduzir a variabilidade de seus fluxos de caixa e margens operacionais, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, predominantemente contratos futuros de cacau (e, quando aplicável, instrumentos a termo/NDF vinculados ao componente associado à commodity).

Em 2025, a Companhia adotou pela primeira vez a contabilidade de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48, designando determinadas relações de hedge como hedge de fluxo de caixa para proteger a exposição ao risco de variação do preço do cacau associada a compras altamente prováveis. O instrumento de hedge e o item objeto são formalmente identificados na data de designação, juntamente com o objetivo e estratégia de gestão de risco, o risco protegido e o método para avaliação da efetividade.

Designação e estratégia de hedge

As relações de hedge são designadas com o objetivo de compensar, prospectivamente, as variações no valor justo do instrumento de hedge com as variações esperadas nos fluxos de caixa do item protegido. O hedge ratio é determinado com base na política de compras e na política de gestão de risco da Companhia.

Avaliação de efetividade e inefetividade

A Companhia avalia, no início e ao longo da relação de hedge, a existência de relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido, bem como monitora potenciais fontes de inefetividade, tais como diferenças de vencimento (timing mismatch), diferenças de volume (volume mismatch) e risco de base (basis risk). Eventuais parcelas de inefetividade são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Mensuração e apresentação

Os derivativos são mensurados ao valor justo em cada data de reporte. As variações no valor justo do instrumento de hedge, na parcela considerada efetiva, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em patrimônio líquido em conta específica (reserva de hedge). Os montantes acumulados nessa reserva são reclassificados para o resultado (por exemplo, custo dos produtos vendidos), no mesmo período em que o item protegido afeta o resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivativos estavam apresentados no ativo circulante no montante de R\$ 252 e no passivo circulante no montante de R\$ 45.771. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida em outros resultados abrangentes a variação líquida de R\$ 45.583 mil relacionada aos instrumentos de hedge, refletida em patrimônio líquido.

Valor justo e hierarquia

O valor justo dos derivativos é determinado com base em preços observáveis de mercado (quando aplicável) e/ou técnicas de avaliação que utilizam premissas observáveis, incluindo curvas futuras de preços do cacau e demais inputs relevantes. A Companhia classifica a mensuração do valor justo dos derivativos na hierarquia prevista no CPC 46 e divulga os níveis aplicáveis.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações incluem instrumentos remunerados a taxas de mercado, usualmente vinculadas ao CDI, com prazo original igual ou inferior a três meses e possibilidade de resgate imediato, sendo mensuradas pelo custo amortizado por representarem fluxos contratuais de principal e juros compatíveis com o modelo de negócios de manter os ativos para recebimento. Aplicações com restrição de liquidez, risco de valor justo relevante ou prazo superior sem resgate imediato não são classificadas como equivalentes de caixa. A conciliação e composição dos saldos são apresentadas na nota específica das demonstrações contábeis

c) Contas a receber

As contas a receber representam valores decorrentes das vendas realizadas no curso normal das operações e são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado. A companhia avalia a qualidade do crédito de seus clientes considerando o histórico de pagamento, limites concedidos, análises individuais quando aplicável e práticas de mercado. No caso de operações denominadas em moeda estrangeira, os valores são convertidos para a moeda funcional na data de encerramento das demonstrações.

As perdas esperadas de crédito são reconhecidas de acordo com o modelo simplificado previsto no CPC 48, considerando perdas esperadas durante a vida do ativo. A provisão reflete informações históricas de inadimplência, valores vencidos por faixa de antiguidade, evidências de deterioração de crédito e expectativas futuras sobre a capacidade de pagamento dos clientes. A companhia revisa periodicamente a provisão, ajustando-a sempre que surgem novas informações sobre risco, acordos de renegociação ou eventos que indiquem aumento significativo na probabilidade de perda. Os valores considerados irrecuperáveis são baixados contra a provisão quando há evidência objetiva de que não serão recuperados

d) Arrendamentos

Os contratos são considerados como arrendamentos quando atender a ambas as condições a seguir:

- um ativo identificável e tangível;
- o direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer benfeitoria efetuada antes do início do contrato.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou término do prazo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados.

O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando como base o índice previsto e acumulado no exercício anual do (IGPM). Em caso de falta deste índice, o reajuste terá como base a média da variação dos índices inflacionários do ano corrente ao da execução do aluguel.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, exceto para determinados estoques de cacau mantidos pelas controladas, os quais são mensurados ao valor justo por se tratar de commodities cotadas em mercado ativo, conforme previsto no CPC 46. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Para os estoques mensurados ao valor justo, são utilizados preços observáveis de mercado, tais como cotações de bolsas internacionais de cacau, ajustadas conforme aplicável para refletir a qualidade, condições específicas e local da mercadoria. As variações decorrentes da mensuração a valor justo são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem.

Para os demais estoques, o valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A Companhia analisa periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas, considerando obsolescência, deterioração física, lentidão de giro e preços de mercado. A Administração avaliou que, para as datas de reporte das demonstrações contábeis, não foram identificadas necessidades de ajustes para obsolescência.

f) Investimento

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

O investimento da controladora nas controladas, na consolidação, são eliminados com o patrimônio líquido destas controladas.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, construção ou de formação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de receitas e despesas operacionais.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando atribuído.

A depreciação é reconhecida no resultado com base em critérios societários, considerando a vida útil econômica estimada de cada item ou grupo de ativos, bem como o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros. As estimativas de vida útil, valor residual e método de depreciação foram definidas conforme laudo de empresa terceira contratada para esse trabalho, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

As taxas médias estimadas, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

Descrição da classe do imobilizado	Quantidade em anos
Edifícios	43
Máquinas e equipamentos	18
Máquinas e equipamentos PRD	18
Moveis e Utensílios	15
Moveis e Utensílios PRD	15
Veículos	15
Veículos PRD	15
Hardware de computador	10
Telefonia	6
Telefonia PRD	6
Hardware de computador PRD	10
Software de computador	5
Software de computador PRD	5
Marcas e patentes	5
Inovação	5
Inovação PRD	5

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Software

As licenças de programas de computador (software) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são registradas pelo custo e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração revisou o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

Benefícios a empregados - Curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

j) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i.** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii.** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e
- iii.** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

k) Outros ativos e passivos

Outros ativos são reconhecidos quando a Companhia possui o direito de receber benefícios econômicos futuros e esses benefícios são mensuráveis com confiabilidade. Esses ativos incluem adiantamentos, créditos diversos, valores a recuperar e demais itens que não se enquadram especificamente nas categorias de instrumentos financeiros ou estoques. Os ativos classificados no circulante representam valores cuja realização é esperada até doze meses após a data do balanço, enquanto os ativos não circulantes correspondem a valores cuja realização se estende além desse período. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo ou pelo valor a recuperar e são ajustados quando necessário para refletir sua recuperabilidade, considerando expectativas de realização, renegociações, condições contratuais e evidências objetivas de perda.

Outros passivos são reconhecidos quando a Companhia possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, cuja liquidação é provável e pode ser mensurada de forma confiável. Esses passivos incluem obrigações operacionais, fiscais, trabalhistas, contratuais e demais compromissos não classificados como financiamentos ou fornecedores. Os passivos circulantes representam obrigações com vencimento esperado até doze meses após a data do balanço, enquanto os passivos não circulantes incluem compromissos com liquidação prevista em prazo superior. Quando aplicável, tais passivos são registrados ao valor presente dos desembolsos futuros estimados, utilizando taxas que refletem o valor do dinheiro no tempo e riscos específicos da obrigação. Ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado até a liquidação da obrigação.

l) Receita operacional

i. Receita de venda de produtos

A receita decorrente da venda de produtos é reconhecida quando a Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho, o que ocorre com a transferência do controle dos bens ao cliente, normalmente na entrega ou disponibilização conforme termos comerciais acordados. O valor da receita corresponde à contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, deduzida de tributos incidentes, devoluções esperadas e descontos comerciais. Eventuais descontos, abatimentos ou ajustes variáveis são registrados como redução da receita quando sua ocorrência é provável e pode ser mensurada de forma confiável. A Companhia não reconhece receita quando permanece envolvida de forma significativa com os produtos ou quando não é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos.

ii. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas de acordo com o grau de satisfação da obrigação de desempenho, conforme os serviços são prestados ao cliente. Quando os serviços são prestados em momento específico, a receita é reconhecida de forma pontual; quando o serviço é contínuo ou executado ao longo do tempo, o reconhecimento ocorre à medida em que o serviço é prestado, com base em critérios que reflitam adequadamente o progresso da execução. As receitas são mensuradas pelo valor da contraprestação que a Companhia espera receber, líquida de tributos e deduções.

m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais, descontos financeiros obtidos em pagamento de obrigações e receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem em despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, desconto de títulos e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são apurados pela Companhia e suas controladas pelo regime do Lucro Real, de acordo com a legislação tributária vigente. O IRPJ é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no ano-calendário, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9%.

A determinação dos tributos correntes considera a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, observando-se o limite legal de 30% do lucro tributável para a maior parte das atividades. Para as operações classificadas como atividade rural, aplica-se a legislação específica, que permite a compensação integral do resultado tributável positivo com prejuízos acumulados dessa atividade.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período compreende os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes são determinados com base no lucro tributável apurado de acordo com a legislação fiscal vigente, considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas limitada pelas regras legais. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua realização. A Administração realiza periodicamente uma avaliação abrangente da recuperabilidade desses créditos, considerando projeções atualizadas de resultados futuros, histórico de performance, expectativas operacionais e premissas consistentes com o planejamento da Companhia.

Com base nessa avaliação, a Companhia reconheceu apenas o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos para o qual há evidência suficiente de recuperação, refletindo o limite estimado de realização futura. Adicionalmente, foram reconhecidos passivos fiscais diferidos relacionados às diferenças temporárias tributáveis existentes na data do balanço.

A Companhia mantém saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido, uma vez que, embora esses valores permaneçam disponíveis para compensação futura, não há evidência adequada de que sua realização seja provável nas condições e horizonte atualmente projetados, em conformidade com o CPC 32.

A mensuração dos tributos diferidos considera as alíquotas aplicáveis esperadas no período em que os ativos forem realizados ou os passivos liquidados, utilizando-se a legislação tributária vigente na data das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida no balanço quando existe direito legal de compensação e quando se referem à mesma autoridade fiscal.

o) Subvenções fiscais

A Companhia reconhece subvenções governamentais quando existe evidência razoável de que todas as condições estabelecidas pelas legislações aplicáveis foram cumpridas e de que os benefícios serão efetivamente recebidos. As subvenções relacionadas ao resultado, tais como incentivos vinculados ao ICMS, são reconhecidas como redução do custo ou das despesas correspondentes ao período em que se tornam realizáveis, refletindo o propósito econômico do benefício. As subvenções relacionadas a ativos são registradas como redução do valor contábil do ativo correspondente ou como receita diferida, amortizada ao longo da vida útil do bem, quando aplicável.

As subvenções fiscais de ICMS enquadram-se como subvenções para custeio e operação, sendo reconhecidas no resultado à medida que se tornam definitivas e não estão sujeitas a contingência. Esses benefícios são apresentados de forma destacada na demonstração do resultado, como “receita de subvenção”, refletindo adequadamente os efeitos econômicos associados aos incentivos governamentais utilizados pela Companhia.

A Administração avalia periodicamente o enquadramento legal e a manutenção das condições necessárias ao usufruto dos incentivos, bem como os impactos tributários decorrentes, observando as legislações estaduais e federais aplicáveis. Quando houver incerteza relevante quanto ao cumprimento das condições ou recebimento dos benefícios, nenhuma subvenção é reconhecida até que a incerteza seja eliminada.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

7.1. Normas contábeis, aprovadas, mas ainda não vigentes

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o CPC26 – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

7.2. Legislação tributária aprovada, mas ainda não vigentes

- Lei nº 14.789/2023/MP 1.185/2023 Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins)

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- Pilar Dois – GloBE/Lei nº 15.079/2024

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

Com exceção dos efeitos de apresentação decorrentes do CPC 51, a Companhia não espera impactos relevantes na posição patrimonial e financeira, no desempenho operacional ou nos fluxos de caixa quando da adoção das demais normas e alterações ainda não vigentes.

A Administração continuará acompanhando a evolução das normas contábeis e avaliará oportunamente os efeitos de sua adoção, quando da entrada em vigor obrigatória.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conta corrente	2.247	20	2.553	627
Aplicações financeiras	95.785	12.984	98.065	22.198
Total	98.032	13.004	100.618	22.825

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas baseadas na variação média de 100 % Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% em 2025 e 2024) com contrapartes de baixo risco.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicação financeira - ativo não circulante	12.406	6.286	12.406	6.286
Total	12.406	6.286	12.406	6.286

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes Mercado Interno	41.966	7.145	79.091	6.789
Clientes Mercado Externo	18.071	2.109	18.071	2.109
Total	60.037	9.254	97.162	8.898

As contas a receber no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O risco de crédito de contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para eliminar esse risco, a Companhia adota como prática, vendas para grandes indústrias do ramo de chocolates com vencimentos que são todos liquidados nos vencimentos sem inadimplência e para o mercado externo segue o mesmo procedimento dos clientes nacionais.

A Companhia faz análise detalhada da situação financeira de seus clientes, estabelecendo limites de crédito. Devido as práticas mencionadas acima, a Companhia não vê necessidade de constituir Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a vencer:				
A vencer até 30 dias	6.364	342	6.999	342
A vencer até 60 dias	3.434	1.215	3.434	859
A vencer até 120 dias	23.494	1.873	59.797	1.873
A vencer até 180 dias	9.410	1.876	9.410	1.876
Vencidos até 60 dias	10.052	6	9.989	6
Vencidos a mais de 60 dias	7.283	3.942	7.533	3.942
Total	60.037	9.254	97.162	8.898

(a) Do montante vencidos a mais 60 dias, 62% são referentes a vendas para Flavor com o qual foi assinado um termo de confissão de dívida, amparado na identificação de garantias reais, o qual está em processo de formalização do acordo que definirá a forma de liquidação. Nesse cenário, a Administração não identificou necessidade de constituição de qualquer provisão para perda sobre o saldo das contas a receber.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matéria Prima	85.116	8.303	95.906	12.967
Material de embalagem	2.218	2.162	3.315	2.615
Produto acabado	30.204	54.082	30.205	55.412
Insumo em trânsito	37.152	17.177	37.152	17.177
Valor justo de cacau (a)	-	-	2.136	1.478
Derivativo sobre cacau liquidado antecipado	-	(20.258)	-	(20.258)
Estoque de consumíveis	4.970	3.004	5.932	3.742
Total	159.660	64.470	174.646	73.133

(a) As controladas Gencau Amazônia e Gencau Bahia registram o valor justo do estoque de Cacau em conformidade com o pronunciamento do CPC 46 – Mensuração do valor justo.

A Administração da Companhia entende, em decorrência da análise sobre os itens de estoques, que não há necessidade de registro de perdas estimadas para obsolescência e para movimentação lenta de estoques.

A companhia, ao longo de 2025, aumentou o nível de estoque de forma estratégica, aproveitando a queda de preço da commodity e uma maior disponibilidade de caixa.

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imp. Sobre Circ. de Merc. e serviços (ICMS)	47.687	17.111	47.687	17.111
Programa de integração Social (PIS)	6.485	3.114	6.485	4.536
Contrib. para Financ. da Segur. Soc.(COFINS)	29.155	14.318	29.155	17.656
Imposto produto industrializado (IPI)	617	401	621	405
Contribuição Social sobre lucro (CSLL)	-	-	37	25
Imposto renda sobre o lucro (IRPJ)	352	103	481	205
PCC a recuperar sobre faturamento	53	22	53	22
Outros Tributos a Compensar	39	-	65	-
Total	84.388	35.069	84.584	39.960

Os impostos a recuperar são compostos, principalmente, por créditos de ICMS, PIS, Cofins e IPI, acumulados em decorrência da estrutura de compras da Companhia e do perfil de suas operações industriais. O acúmulo desses créditos decorre, principalmente, de aumento significativo das exportações, do elevado volume de estoque de matérias-primas, insumos e embalagens.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos com base em projeções de consumo tributário, perspectivas de produção e expansão de mercado. Parte dos créditos será realizada por compensação com tributos sobre saídas, enquanto outra parte será realizada mediante mecanismos formais de aproveitamento, incluindo:

- utilização do ECREC (Sistema de Escrituração e Controle do Crédito Acumulado de ICMS), permitindo transferência a terceiros ou utilização em débitos próprios;
- aumento da base tributável decorrente de novas linhas de produção, expansão das operações das filiais e crescimento do volume de vendas;
- otimização da cadeia de suprimentos, reduzindo o acúmulo estrutural e permitindo maior absorção dos créditos no decorrer do ciclo operacional.

Com base no plano de negócios aprovado, a Administração entende que os créditos são integralmente recuperáveis, dentro de horizonte considerado razoável. Parte dos créditos cuja realização excede doze meses está classificada no ativo não circulante, conforme a melhor estimativa da Companhia sobre a expectativa de reversão.

12. Partes relacionadas

a) Operações com pessoas-chave

O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela diretoria eleita em Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b) Relação das partes relacionadas

São considerados partes relacionadas, os acionistas e sócios quotistas da controladora e controladas, também as empresas controladas, cuja composição informamos a seguir:

Gencau São Paulo Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios S.A.	Controladora
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	Controlada
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	Controlada
Ped Sart Participações e Administração de Bens Ltda.	Sócia
Calambrião Participações Ltda.	Sócia
Ernesto Ary Neugebauer	Administrador
Adriano Sartori Pedroso	Administrador
Florend Indústria e Comércio de Chocolates Ltda.	Parte relacionada
K3 Software de gestão Ltda	Controlada
International Finance Corporation	Sócia
Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda	Controlada

c) Principais saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativas as operações da Companhia com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

Ativo não circulante	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ped Sart	Contrato de mútuo	-	17.168	-	17.168
Florend	Contrato de mútuo	-	1.327	-	1.327
Balaio	Contrato de mútuo	-	611	-	611
Gencau BA	Contrato de mútuo	-	9.854	-	-
Gencau AM	Contrato de mútuo	130	-	-	-
Total		130	28.960	-	19.106

Passivo não circulante	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ernesto Ary Neugebauer	Contrato de mútuo	-	12.667	-	17.667
Gencau Amazonia	Contrato de mútuo	1	5.168	-	-
Silvia Neugebauer	Contrato de mútuo	-	20.000	-	20.000
Gencau BA	Contrato de mútuo	2	-	-	-
Total		3	37.835	-	37.667

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (grupo econômico)	305.617	159.913	37.039	-
Fornecedores nacionais	14.314	5.083	58.240	24.241
Total	319.931	164.996	95.279	24.241

Resultado	Tipo de operação	Controladora	
		2025	2024
Gencau Amazônia	Compra de matéria	422.079	324.847
Gencau Bahia	Compra de matéria	196.596	88.134
Xingu Comercio atacadista de cacau	Compra de matéria	69.808	-
Total		688.483	412.982

13. Imposto de renda e contribuição social

I. Imposto de renda e contribuição social (diferidos)

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL acumulados, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, observados os limites legais aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, tais saldos totalizavam R\$ 37.264 de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL na controladora (R\$ 37.264 em 2024), R\$ 37.673 de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no consolidado (R\$ 37.474 em 2024) e valores que permanecem disponíveis para compensação futura.

Com base na avaliação da Administração sobre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, foram reconhecidos apenas os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos considerados recuperáveis, limitados à projeção de realização dentro de horizonte razoável, em conformidade com o CPC 32.

Assim, o reconhecimento dos créditos diferidos foi restrito ao montante suportado por evidência objetiva de recuperação, contemplando parte dos prejuízos fiscais e bases negativas disponíveis, conforme a seguir:

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo Fiscal acumulado (IRPJ)	109.599	109.599	109.599	109.893
Alíquota máxima	25%	25%	25%	25%
IRPJ diferido	27.400	27.400	27.400	27.473
Base de cálculo negativa da CSLL	109.599	109.599	109.599	111.114
Alíquota máxima	9%	9%	9%	9%
CSLL diferida	9.864	9.864	9.864	10.000
Reinvestimento Lucro Exploração -IRPJ	-	-	-	141
Total	37.264	37.264	37.264	37.473

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O cronograma acima representa uma estimativa de realização baseada no desempenho esperado das operações, podendo ser revisado caso ocorram alterações relevantes nas premissas econômicas, nas operações da Companhia ou em mudanças na legislação tributária:

2027 – R\$ 6.100

2028 – R\$ 10.400

2029 – R\$ 16.500

2030 – R\$ 4.500

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal.

II. Imposto de renda e contribuição social (corrente)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

Conciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	721	18.458	6.759	18.395
Alíquota Nominal Combinada (IRPJ 15% + 10% adicional + CSLL 9%)	34%	34%	34%	34%
Imposto Nominal Esperado (34% s/ LAIR)	(245)	(6.276)	(2.298)	(6.254)
Reconciliação (Ajustes):				
Resultado de equivalência patrimonial	48.710	6.168	-	6.168
Benefício sobre prejuízo fiscal e base de contribuição negativa não constituído (a)	(48.465)		(41.360)	
Investimento subvenção incentivado (b)			24.885	
Redução lucro da exploração SUDAM/SUDENE (c)			12.060	
Outras diferenças temporárias		108	676	(131)
IRPJ e CSLL na DRE (Efetivo)	-	-	(6.037)	(217)
Tributos correntes			(5.828)	(272)
Tributos diferidos			(209)	55
Resultado	-	-	(6.037)	(217)

(a) Corresponde ao efeito da movimentação do benefício tributário calculado sobre prejuízos fiscais do Imposto de Renda e bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que não foi reconhecido contabilmente, em razão da ausência de evidências suficientes quanto à expectativa de realização futura, conforme avaliação da Administração.

(b) Refere-se aos efeitos fiscais relacionados às subvenções para investimento, reconhecidas de acordo com a legislação aplicável, cujo tratamento fiscal permite a exclusão desses valores da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, desde que atendidos os requisitos legais.

(c) Refere-se ao incentivo fiscal concedido às empresas que desenvolvem atividades econômicas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, consistente na redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica incidente sobre o lucro da exploração. O benefício é calculado sobre o lucro apurado nas operações incentivadas, observados os limites, prazos e demais condições estabelecidas na legislação aplicável e nos atos concessórios específicos, sendo refletido na reconciliação entre a despesa tributária calculada à alíquota nominal e a despesa efetivamente reconhecida no período.

14. Outros créditos

	2025	2024	2025	2024
Cotas em cooperativas de créditos	4.389	3.155	12.554	3.970
Seguros a apropriar	1.757	397	1.757	439
Outros créditos	59	516	325	1.644
Adiantamento a Colaboradores	64	46	64	46
Total	6.269	4.114	14.700	6.099
Circulante	3.013	959	3.192	1.473
Não circulante	3.256	3.155	11.508	4.626



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

15. Investimento

Investidas	2025	2024
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	188.357	90.558
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	45.479	2.219
Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda.	61	-
K3 Software de gestão Ltda.	307	-
Saldo de investimentos	234.204	92.777

Movimentação dos Investimentos:

Investida	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aquisição de novos investimentos	Aumento de capital social na investida	Resultado de Equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	90.558	-	-	97.800	188.357
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	2.219	-	-	43.260	45.479
Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda.	-	(2.153)	5	2.209	61
K3 Software de Gestão Ltda.	-	20	290	(3)	307
Total	92.777	(2.133)	295	143.265	234.204

Investida	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Distribuição de lucros	Resultado de Equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	68.575	-	21.983	90.558
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	8.713	(2.652)	(3.842)	2.219
Total	77.288	(2.652)	18.141	92.777



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

As principais informações das participações societárias estão resumidas seguir:

Empresa	% - Participação		Patrimônio líquido		Resultado líquido do exercício	
	2025	2024	2025	2024	De 01/01 a 31/12/25	De 01/01 a 31/12/24
Gencau Amazônia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	100%	100%	188.357	90.558	89.676	21.983
Gencau Bahia Indústria e Comércio de Ingredientes Alimentícios Ltda.	100%	100%	45.479	2.219	39.323	(3.842)
Xingu Comercio Atacadista de Cacau Ltda	100%	-	61	-	2.209	-
K3 Software de gestão Ltda	95%	-	324	-	(3)	-
Total					131.205	18.141

16. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Telefonia	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Em 31 de dezembro de 2023	1.587	10.640	184	23.633	815	814	513	113	38.419	76.718
Adições	-	688	-	2.131	185	-	27	18	9.918	12.967
Baixas	-	-	-	-	-	(335)	-	-	-	(335)
Em 31 de dezembro de 2024	1.587	11.328	184	25.764	1.000	479	540	131	48.337	89.350
Adições	-	816	-	27.071	310	-	88	31	-	28.316
Baixas	-	-	(11)	-	-	(428)	-	-	-	(439)
Transferências	-	17.827	-	-	-	-	-	-	(17.827)	-
Em 31 de dezembro de 2025	1.587	29.971	173	52.835	1.310	51	628	162	30.510	117.227



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Telefonia	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	(634)	(20)	(3.593)	(194)	(320)	(279)	(34)	-	(5.074)
Adições	-	(375)	(18)	(2.090)	(102)	147	(134)	(24)	-	(2.596)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	(1.009)	(38)	(5.683)	(296)	(173)	(413)	(58)	-	(7.670)
Adições	-	(1.137)	(18)	(1.457)	(58)	-	(94)	(19)	-	(2.783)
Baixas	-	-	-	-	-	129	-	-	-	129
Em 31 de dezembro de 2025	-	(2.146)	(56)	(7.140)	(354)	(44)	(507)	(77)	-	(10.324)

Valor contábil

Em 31 de dezembro de 2024	1.587	10.319	146	20.081	704	306	127	73	48.337	81.680
Em 31 de dezembro de 2025	1.587	27.825	117	45.695	956	7	121	85	30.510	106.903

Consolidado	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Telefonia	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Em 31 de dezembro de 2023	1.587	19.895	184	37.393	1.134	1.047	596	136	38.570	100.542
Adições	-	704	-	2.255	188	-	29	20	10.028	13.224
Baixas	-	-	-	-	-	(335)	-	-	-	(335)
Em 31 de dezembro de 2024	1.587	20.599	184	39.648	1.322	712	625	156	48.598	113.431
Adições	-	827	-	27.751	399	-	154	42	1.101	30.274
Baixas	-	-	(11)	-	-	(459)	(3)	-	-	(473)
Transferência	-	17.827	-	-	-	-	-	-	(17.827)	-
Em 31 de dezembro de 2025	19.414	39.253	173	67.399	1.721	253	776	198	31.872	143.232



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(valores expressos em milhares de reais)

Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Telefonia	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023	-	(934)	(20)	(7.746)	(281)	(447)	(319)	(41)	-	(9.788)
Adições	-	(648)	(18)	(3.458)	(134)	107	(153)	(29)	-	(4.333)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	-	(1.582)	(38)	(11.204)	(415)	(340)	(472)	(70)	-	(14.121)
Adições	-	(1.349)	(24)	(2.240)	(82)	-	(106)	(19)	-	(3.820)
Baixas	-	-	-	-	-	139	-	1	-	140
Em 31 de dezembro de 2025	-	(2.931)	(62)	(13.444)	(497)	(201)	(578)	(88)	-	(17.801)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2024	1.587	19.017	146	28.444	907	372	153	86	48.598	99.310
Em 31 de dezembro de 2025	1.587	36.322	111	53.955	1.224	52	198	110	31.872	125.431

Os ativos classificados como imobilizado em andamento referem-se a projetos em desenvolvimento e a bens ainda não disponíveis para uso na operação, relacionados aos seguintes projetos: Fábrica nova da Balaio Lab, CAPEX de expansão das 3 empresas Gencau São Paulo, Amazônia e Bahia. A Administração avalia periodicamente o estágio de conclusão dos projetos para determinar o momento adequado de transferência para as respectivas classes de imobilizado e o início da depreciação.

Teste de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia definiu que os ativos classificados no imobilizado representam uma única unidade geradora de caixa no contexto operacional de seus negócios. Portanto, a Administração entende que não há indícios de perda por impairment que necessitasse a realização do teste de recuperabilidade para esses ativos.

17. Direito de uso e arrendamento a pagar

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóvel da Controlada Gencau Amazonia.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional, com uma taxa de juros de 11% ao ano.

Os contratos são atualizados anualmente pelo Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM), no mês de vencimento dos contratos.

A movimentação do **direito de uso**, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Controladora

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	-
Adição	525	-
Amortização	(30)	-
Saldos finais	495	-

A movimentação do **passivo de arrendamento**, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Controladora

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	-
Adição	525	-
Atualização	59	-
Pagamento do arrendamento	(40)	-
Saldos finais	544	-
Circulante	108	-
Não circulante	436	-

Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	4.445	-
Adição	525	5.247
Amortização	(904)	(802)
Saldos finais	4.066	4.445

A movimentação do **passivo de arrendamento**, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	4.552	-
Adição	525	5.247
Atualização	497	505
Pagamento do arrendamento	(670)	(1.200)
Estorno de AVP	(530)	-
Saldos finais	4.374	4.552
Circulante	914	722
Não circulante	3.460	3.830

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Garantias	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Empréstimos bancários - Capital de Giro	(i)	200.029	88.706	208.438	100.022
Financiamento Consórcio	(ii)	269	269	269	269
Financiamento imobilizado	(iii)	-	-	11.933	14.481
Financiamento - CPR	(iv)	-	-	6.982	6.949
Financiamento - CRA	(v)	77.284	-	108.135	45.742
Total		277.582	88.975	335.757	167.463
Passivo circulante		68.190	23.597	93.987	77.555
Passivo não circulante		209.392	65.378	241.770	89.907

As parcelas de financiamentos classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	23.108	-	34.060
2027	79.595	20.838	99.026	28.370
2028	64.648	13.832	71.551	15.791
2029	47.616	7.600	49.576	11.686
2030 p/ frente	17.533	-	21.617	-
Total	209.392	65.378	241.771	89.907

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	88.975	93.538	167.462	205.623
Captação	227.900	51.734	232.900	79.632
Atualização de juros	41.947	1.390	53.139	1.818
Pagamentos de principal	(45.807)	(44.318)	(71.201)	(90.274)
Pagamentos de juros	(35.433)	(13.369)	(46.542)	(29.337)
Saldo final	277.582	88.975	335.758	167.462

Juros

Os empréstimos da companhia estão majoritariamente indexados ao CDI, tendo como custo médio ponderado uma taxa de spread sobre o CDI de 4,48% a.a.

Garantias

- (i) Garantia hipoteca predial;
- (ii) Garantido por alienação de ativos;
- (iii) Garantida carta fiança dos sócios;
- (iv) Cessão fiduciária de cotas de fundos de investimento de sócios; e
- (v) Garantia do contas a receber de 100% da primeira edição, da Gencau SP e imóvel rural Gencau Amazonia a Gencau BA.

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Dois contratos de empréstimos estão sujeitos a condição restritiva de indicador de dívida líquida dividida por Ebitda.

1 – CRA estrutura pelo banco Itaú, desembolsado em 2025 e 100% distribuído a mercado. Montante R\$ 80.000;

2 – Contrato de capital de giro com Banco do Brasil. Montante R\$ 70.000.

Cláusula contratual restritiva nos dois contratos possui covenant financeiro:

Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x em 2025, e \leq 2,50x a partir de 2026 (inclusive)

No ano de 2025, de acordo com os cálculos internos a Gencau chegou a um resultado de 2,75 de covenant. Desta forma atingindo o índice nos dois contratos.

Cálculo:

Dívida Bruta – R\$ 335.758

Caixa e equivalente de caixa – R\$ 100.618

= Dívida Líquida – R\$ 235.140

Resultado antes do resultado financeiro e impostos – R\$ 79.197

- Depreciação e Amortização – R\$ 6.161

= EBITDA = R\$ 85.358

Covenant – 2,75

Cabe ressaltar que no contrato do Banco do Brasil há uma definição de dívida líquida que incluiria resultados de MTM de derivativos. A Gencau possuiu no final do exercício MTM negativo no valor de R\$ 45.771, 100% referentes a exposição de risco ao cacau e não a endividamentos. Por esse motivo no cálculo da companhia esse valor foi desconsiderado do cálculo do covenant.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (grupo econômico)	305.617	159.913	37.039	-
Fornecedores nacionais	14.314	5.083	58.240	24.241
Total	319.931	164.996	95.279	24.241

20. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	4.315	5.345	4.315	5.345
Outros	-	17.132	-	17.132
Total	4.315	22.477	4.315	22.477

21. ACC Exportação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3.105	-	3.105	-
Captação	53.295	3.105	53.295	3.105
Pagamento	(3.105)		(3.105)	
Variação Cambial	1.906	-	1.906	-
Saldo final	55.201	3.105	55.201	3.105

Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) representa antecipação de recursos financeiros recebidos pela Companhia em operações de exportação, mediante contratação de operação de câmbio junto a instituição financeira. Esses adiantamentos têm como objetivo financiar o ciclo operacional associado à fabricação e entrega dos produtos destinados ao mercado externo. Na data das demonstrações contábeis, o saldo de ACC reflete as antecipações relacionadas a embarques futuros de vendas já efetuadas, cujas liquidações estão previstas para ocorrer dentro do ciclo operacional normal razão pela qual estão classificadas no passivo circulante em uma conta específica.

Os ACCs são indexados em dólares americanos (USD) e remunerados por taxas pactuadas com a instituição financeira, normalmente baseadas no custo de captação em moeda estrangeira acrescido de spread.

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de juros incidente sobre as operações de ACC é de **9% a.a.**

As variações cambiais sobre o principal e os encargos financeiros são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

22. Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia era parte em demandas judiciais de caráter tributário cuja probabilidade de perda classificada como provável no montante de R\$ 1.617 apenas no consolidado em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025 esse valor permanece.

Provisões possíveis

Adicionalmente, a Companhia possui ações cujo risco de perda, no montante de R\$ 2. 418 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2024) de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida em balanço, conforme pronunciamento contábil CPC 25 na controladora no consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, com a entrada da IFC e aumento de capital dos sócios fundadores, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 83.747 representado por 72.262 ações nominativas, sendo 63.591 ações ordinárias e 8.671 ações preferenciais

Em Assembleia Geral realizada em 29 de janeiro de 2025, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 40.001, mediante subscrição realizada por PedSart e Calambrião. Do valor integral aportado, R\$ 20.000 foram destinados ao capital social, passando este a totalizar R\$ 60.001, representado por 60.001 ações nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2025, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 60.001, mediante subscrição realizada por PedSart e Calambrião. Do valor integral aportado, R\$ 23.746 foram destinados ao capital social, passando este a totalizar R\$ 83.747, representado por 63.590 ações nominativas, com valor nominal de 6,61 reais por ação.

A parcela excedente, referente ao aporte da IFC, no valor de R\$ 45.704, foi registrada em Reserva de Capital, conforme previsto no artigo 182, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76, por corresponder ao ágio na emissão de ações (prêmio de subscrição). Essa reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, sendo destinada às finalidades previstas na legislação societária, tais como absorção de prejuízos ou incorporação ao capital social.

Sócios	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Calambrião Participações Ltda.	41.873	44%	20.000	50%
Ped Sart Participações e Administração de Bens Ltda.	41.873	44%	20.000	50%
International Finance Corporation	1	12%	-	-
Total	83.747	100%	40.000	100%

b) Reserva legal

A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

c) Reserva de incentivo fiscal

Nesta rubrica estão contabilizados os valores de reservas de capital originados pelos saldos acumulados relativos aos incentivos fiscais os quais as empresas do Grupo Gencau possuem o direito, devido os ramos e locais de atuação.

d) Dividendos

Referente ao exercício de 2024, em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2025, os acionistas aprovaram distribuição de 25% dos lucros do exercício no valor de R\$ 4.317.

Os dividendos serão destinados e assegurados conforme os dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre deles o que for menor, ajustado na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. No ano de 2025 não haverá distribuição de dividendos.

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de produção no Estado	359163	284257	359163	284257
Receita de produção fora do Estado	187454	98837	187454	98837
Receita de produção partes relacionadas	77	470	77	-
Receita de produção no exterior	51285	8150	51285	9365
Receita de revenda de mercadoria	11	51	11	73
Receita de serviço partes relacionadas	4	-	4	-
Receita de serviço no Estado	677	217	677	217
Receita de sucata	81	34	81	34
Devolução de venda de produção	(118077)	(28325)	(118077)	(28325)
Cut-off das vendas	21.453	(21.453)	21.453	(21.453)
Subtotal receita bruta	502.128	342.238	502.128	343.005
ICMS sobre a venda	(51947)	(42834)	(51947)	(42834)
PIS sobre venda	(6104)	(5075)	(6104)	(5075)
Cofins sobre venda	(28116)	(23374)	(28116)	(23374)
(-) Impostos sobre cut-off das receitas de vendas	(4321)	4321	(4321)	4321
Demais impostos sobre as vendas	(110)	(40)	(110)	(40)
Total impostos	(90.598)	(67.002)	(90.598)	(67.002)
Receita líquida de vendas	411.530	275.236	411.530	276.002

Os valores de receita do grupo aumentaram significativamente em 2025 em relação a 2024 devido a aumento de volume, 30% maior e de preço de vendas. Em relação ao preço, 2025 foram entregues muitos pedidos efetuados e precificados nos momentos de NY mais elevados durante a crise do cacau ocorrida em 2024-25.

25. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo da matéria prima	(487.734)	(340.387)	(316.400)	(295.046)
Amortização direito de uso	-	-	-	(802)
Demais custos indiretos	(24.633)	(18.857)	(24.633)	(18.857)
Custo de depreciação e amortização	(3.776)	(3.690)	(3.776)	(3.699)
Ganhos sobre derivativos cacau	80.673	122.787	80.673	122.787
Perda sobre derivativos cacau	(43.830)	(12.137)	(43.830)	(12.137)
Custo mercadoria revendida	(136)	-	(140)	-
Custo dos serviços prestados	(289)	-	(289)	-
Derivativos sobre cacau antecipado	-	20.258	-	20.258
Custo dos produtos vendidos	(479.725)	(232.026)	(308.395)	(187.496)

26. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Folha de pagamento	(8.253)	(4.063)	(9.283)	(7.713)
Despesa de títulos incobráveis	(9)	(3.596)	(9)	(3.596)
Manutenção e conservação	(821)	(943)	(870)	(953)
Fretes	(1.111)	(776)	(1.112)	(776)
Contingência	-	-	-	(1.617)
Despesas com viagens	(892)	(511)	(1.116)	(549)
Depreciação e amortização	(404)	(571)	(852)	(2.417)
Despesas com consultoria	(531)	(266)	(3.025)	(4.337)
Demais despesas	(4.316)	(1.499)	(9.691)	(806)
Total	(16.337)	(12.225)	(25.958)	(22.764)
Total despesas com vendas	(2.632)	(4.573)	(3.148)	(4.766)
Total despesas gerais e administrativas	(13.705)	(7.652)	(22.810)	(17.998)

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento e aplicações	3.761	1.689	4.759	1.713
Descontos obtidos	52	26	68	2.104
Variação cambial ativa realizada	2.770	722	2.788	745
Juros ativos	212	-	299	145
Pis / Cofins sobre receita financeira	(186)	(83)	(236)	(109)
Ganhos Instr. Financeiro realizado	4.747	-	4.747	-
Outras receitas financeiras	-	26	-	26
Receitas financeiras	11.356	2.380	12.425	4.624
Despesas bancárias	(4.816)	(1.365)	(5.537)	(1.716)
Juros passivos	(1.224)	(1.174)	(2.280)	(2.603)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(41.948)	(14.759)	(53.139)	(31.155)
Desconto concedido	(239)	(271)	(239)	(271)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IOF	-	(918)	(14)	(942)
Juros financeiros sobre arrendamento	(19)	-	(431)	(505)
Variação cambial realizada	(3.625)	(1.155)	(3.637)	(1.226)
Perda do mercado de energia elétrica	(79)	(122)	(92)	(134)
Perda finan. Derivativo futuro	(1.078)	(1.016)	(1.078)	(1.016)
Tarifa/Comiss/Jur/Cacau NY	-	-	(39)	(126)
Juros s/ desconto título	(18.376)	(13.526)	(18.377)	(13.526)
Despesas financeiras	(71.404)	(34.306)	(84.863)	(53.220)
Resultado financeiro líquido	(60.048)	(31.926)	(72.438)	(48.596)

28. Lucro por ação da Companhia

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do prejuízo (lucro) atribuível aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações emitidas e em circulação ao longo do exercício, incluindo, quando aplicável, todas as classes de ações (ordinárias e preferenciais), respeitando o período proporcional de emissão:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas	722	18.178
Média ponderada das ações	72.262	40.000
Lucro básico da ação da Companhia - R\$	0,01	0,45

A Companhia não possui instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, razão pela qual o prejuízo, lucro por ação diluído é igual ao prejuízo, lucro por ação básico.

29. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia reconhece e mensura seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classificando-os segundo o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de clientes; outros créditos; e saldos com partes relacionadas.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: instrumentos financeiros derivados;
- Passivos financeiros ao custo amortizado: empréstimos e financiamentos; arrendamentos a pagar; fornecedores; adiantamento de clientes; ACC; dividendos a pagar; e saldos com partes relacionadas;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo: instrumentos financeiros derivados.

As tabelas apresentadas anteriormente resumem os saldos para Controladora e Consolidado nos exercícios de 2025 e 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	98.032	13.004	100.618	22.825
Contas a receber de clientes	60.037	9.254	97.162	8.898
Outros créditos	3.013	959	3.192	1.473
Partes relacionadas	130	28.960	-	19.106
Ativos financeiros reconhecidos ao valor justo				
Instrumentos financeiros	252	4.039	252	4.039
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	277.582	88.975	335.758	167.462
Arrendamentos a pagar	544	-	4.374	4.552
Fornecedores	319.931	164.996	95.279	24.241
ACC Exportação	55.201	-	55.201	-
Dividendos a pagar	4.317	4.317	4.317	4.317
Partes relacionadas	3	37.835	-	37.667
Passivos financeiros reconhecidos ao valor justo				
Instrumentos financeiros	45.771	4.606	45.771	4.606

Valor justo – metodologia de apuração

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. A Companhia utiliza práticas usuais de mercado, com base em:

- cotações e informações obtidas junto a instituições financeiras,
- curvas de juros e índices divulgados por instituições públicas e provedores oficiais, e
- técnicas de apreçamento que consistem em trazer os fluxos futuros a valor presente utilizando taxas de mercado futuras apropriadas.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado – valor justo aproximado

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Administração conclui que o valor contábil é substancialmente equivalente ao valor justo, considerando que:

- possuem curto prazo de realização ou liquidação (como caixa, contas a receber e fornecedores); ou
- suas taxas são variáveis e referenciadas a indexadores de mercado (empréstimos, financiamentos e ACC); ou
- não apresentam risco significativo de crédito ou volatilidade que possa gerar diferença material entre valor contábil e valor justo.

Assim, não há diferenças relevantes entre valor contábil e valor justo para esses instrumentos na data-base.

Derivativos – mensuração ao valor justo e nível de hierarquia

A Companhia possui instrumentos financeiros derivados registrados ao valor justo por meio do resultado. O valor justo desses derivativos é determinado com base em:

- técnicas de mercado observáveis,
- curvas de juros, indexadores e parâmetros disponibilizados por provedores independentes,
- e modelos de fluxo de caixa descontado, utilizando taxas e preços que refletem condições de mercado na data-base.

Para fins de divulgação da hierarquia de valor justo, os instrumentos derivativos, mensurados a valor justo por meio de resultado/outros resultados abrangentes, foram classificados como nível de hierarquia 2 – Inputs observáveis de mercado (curvas de taxa, indexadores, cotações de instrumentos similares).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial oriunda da matéria prima, o Cacau. O instrumento utilizado é *Non Deliverable Forwards* (NDF).

A Companhia está exposta ao risco de variação do preço do cacau, principal insumo utilizado em suas operações. Para mitigar a volatilidade dessa commodity, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, predominantemente contratos futuros de cacau, contratados com o objetivo de proteção econômica.

Os derivativos são mensurados a valor justo na data-base e reconhecidos no balanço patrimonial como ativos ou passivos financeiros, conforme o caso. Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros derivativos estavam apresentados no ativo circulante no montante de R\$ 252 mil e no passivo circulante no montante de R\$ 45.771 mil.

Em 2025, a Companhia iniciou a aplicação da contabilidade de hedge (hedge accounting), conforme CPC 48, para determinadas relações envolvendo instrumentos financeiros derivativos voltadas à proteção do risco de variação do preço do cacau. De acordo com essa norma, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de hedge é registrada em outros resultados abrangentes e acumulada no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando o item protegido afetar o resultado. Eventuais parcelas de inefetividade, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida em outros resultados abrangentes a variação líquida de R\$ 45.583 mil relacionada a instrumentos financeiros derivativos.

Controladora					31/12/2025
Instrumento	Instituição	Posição	Data de emissão	Data de vencimento	Resultado (R\$) mil
NDF	Rabobank	Comprado	06/11/2025	01/05/2026	388
NDF	Rabobank	Comprado	25/11/2025	01/05/2026	866
NDF	Bradesco	Comprado	11/08/2025	20/02/2026	2.734
NDF	Bradesco	Comprado	28/10/2025	20/02/2026	25
NDF	Bradesco	Comprado	28/10/2025	23/04/2026	49
NDF	Bradesco	Comprado	28/10/2025	23/06/2026	41
NDF	Bradesco	Venda	10/12/2025	14/01/2026	2
NDF	Bradesco	Venda	10/12/2025	07/01/2026	4
NDF	C6	Comprado	20/10/2025	23/02/2026	3.206
NDF	BBM	Comprado	11/08/2025	12/02/2026	4.922
NDF	XP	Comprado	27/10/2025	19/02/2026	1.002
NDF	XP	Comprado	27/10/2025	19/02/2026	425
NDF	Itaú	Comprado	29/08/2025	25/08/2026	609
NDF	Itaú	Comprado	12/12/2025	23/02/2026	78
NDF	Itaú	Comprado	12/12/2025	23/02/2026	80
NDF	Itaú	Venda	22/09/2025	18/02/2026	8.867
NDF	Itaú	Venda	17/11/2025	13/04/2026	10.228
NDF	BTG	Comprado	15/08/2025	23/02/2026	1.645
NDF	BTG	Comprado	25/08/2025	23/02/2026	1.543
NDF	BTG	Comprado	08/09/2025	24/04/2026	1.134
NDF	BTG	Comprado	17/11/2025	23/02/2026	6.231
NDF	Fibra	Comprado	30/10/2025	19/02/2026	4
NDF	Fibra	Comprado	12/12/2025	19/02/2026	132
NDF	Fibra	Venda	25/11/2025	22/04/2026	885
NDF	Fibra	Venda	28/11/2025	02/04/2026	671
Total instrumentos financeiros passivo					45.771

Controladora					31/12/2025
Instrumento	Instituição	Posição	Data de emissão	Data de vencimento	Resultado (R\$) mil
NDF	Rabobank	Comprado	17/10/2025	01/03/2026	22
NDF	Bradesco	Venda	29/12/2025	21/01/2026	66
NDF	Bradesco	Venda	29/12/2025	28/01/2026	49
NDF	Itaú	Venda	29/12/2025	14/01/2026	65
NDF	Itaú	Comprado	22/09/2025	18/02/2026	49
NDF	Itaú	Comprado	17/11/2025	13/04/2026	1
Total instrumentos financeiros ativo					252
Total instrumentos financeiros líquido					45.519

Riscos de crédito

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. O risco máximo de crédito corresponde aos seguintes ativos consignados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	98.032	13.004	100.618	22.825
Instrumentos financeiros	252	4.039	252	4.039
Contas a receber de clientes	60.037	9.254	60.124	8.898
Outros créditos	3.013	10.400	3.192	1.473
Partes relacionadas	130	28.960	-	19.106
Total	161.464	65.657	164.186	67.253

Exposição a riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez decorrente da possibilidade de não possuir recursos suficientes para liquidar suas obrigações financeiras nos respectivos vencimentos. A gestão de liquidez é realizada pela Administração, por meio de acompanhamento diário do saldo disponível em caixa, projeções de fluxo de caixa operacional e monitoramento dos cronogramas de pagamento de empréstimos, debêntures, fornecedores e demais passivos.

Risco de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de câmbio decorrente da possibilidade de variação adversa nas taxas de moedas estrangeiras que afetem o valor de ativos ou passivos denominados em moeda diferente do real. Esse risco surge principalmente de obrigações e contratos indexados ao dólar norte-americano (US\$) ou a outras moedas, quando existentes. A Administração monitora sua exposição cambial considerando os saldos em moeda estrangeira, a volatilidade das taxas e os possíveis impactos no resultado, adotando proteção quando necessário.

Exposição líquida em moeda estrangeira

A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, a posição líquida da Companhia em moedas estrangeiras na data-base (valores ilustrativos, caso não haja exposição real):

Moeda	Ativos (em R\$)	Passivos (em R\$)	Exposição líquida (em R\$)
US\$	333.132	55.210	277.922

Análise de sensibilidade cambial

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia apresenta uma análise de sensibilidade demonstrando o impacto no resultado e/ou no patrimônio líquido decorrente de uma variação razoavelmente possível na taxa de câmbio (por exemplo, +/-10% sobre o US\$), aplicada sobre a exposição líquida existente:

Cenário	Variação taxa de câmbio	Impacto estimado no resultado (R\$)
+10%	0,53	+27.792
-10%	-0,53	-27.792

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1), a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de suas posições de risco apuradas em 31 de dezembro de 2025.

Esta análise considera as expectativas da administração em relação ao cenário macroeconômico, interno e externo. No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2025, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2025 acrescido de deterioração de 10%, e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de possível e remoto, respectivamente.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI, Dólar e para empréstimos e financiamentos e para aplicações financeiras o CDI.

Análise de sensibilidade da variação de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa CDI, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado).

O endividamento está atrelado, às taxas CDI e cupom fixo ("R\$ e USD"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação da CDI o custo do endividamento pós-fixado se eleva e por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI para operações no mercado interno e cupom fixo ("USD") para operações no mercado externo. Visto que ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis.

30. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia considera a concentração e relevância dos riscos obtidos a partir de seu programa de gerenciamento de riscos.

Desta forma, as coberturas contratadas no mercado são compatíveis com seu porte e a natureza de sua atividade, em montantes entendidos como suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando ainda a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui cobertura de seguro de imóvel, maquinários, responsabilidade civil geral incluindo recall de produtos, seguro de vida, fretes, D&O, risco de engenharia para obras em andamento e lucros cessantes na data de 31 de dezembro de 2025 com valor em risco protegido conforme tabela adiante:

Descrição	Valor em risco
Apólice de risco operacional	578.000
Responsabilidade civil geral	126.000
Seguro de frete	50.400
Risco de engenharia	22600
Apólice de D&O	24000
Total	801.000



31. Eventos subsequentes

Em fevereiro de 2026 a Companhia realizou pagamento financeiro de ajuste de derivativo no valor total de R\$ 54.000, devido à queda brusca do preço do cacau em NY, este valor estava marcado a mercado no passivo circulante a 45.771.

Em contrapartida a compra de cacau efetiva sofreu do mesmo modo uma queda muito brusca, ficando o preço pago ao redor de 11R\$/kg de amêndoa seca, quando no final do ano estava aproximadamente 26R\$/kg.

* * *